

ENSAIANDO PASSOS DE UMA UTOPIA LIBERTADORA: o cotidiano como oficina de tecelagem

Alder Júlio Ferreira Calado*

Conquanto se trate mais propriamente de antiga marca do Capitalismo, ainda que com matizes e intensidade variáveis, conforme a época, é fato que, no curso dessas últimas três décadas, o ideário dito neoliberal tem logrado impor-se como ideologia (quase) única¹, com claras e profundas implicações nas distintas esferas – econômica, política e cultural - da realidade social, tanto no plano das macro como no das micro-relações.

É certo que poucos conseguem escapar à orgânica e eficaz rede de valores dominantes. Nas diferentes instâncias da sociedade civil e da sociedade política, ganha força cada vez mais avassaladora o processo de introjeção e reprodução de suas idéias, valores, crenças. Inclusive em parte de segmentos que antes resistiam a tal poder hegemônico, não raro sob o pretexto (expresso ou tácito) de que, como se trata de uma tendência irreversível, que teria vindo para ficar definitivamente, a alternativa é buscar acomodar-se às regras da nova sociabilidade: já que “liberou geral”, só nos restaria adaptar-nos aos novos tempos, e tratar de tirar proveito...

Há – como sempre houve, ao longo da História - quem pense diferente. Quem pense, quem sinta e quem aja. Se toda norma comporta algum tipo de transgressão, tanto mais isso vale para uma opção de natureza ético-política.

Opção que, a despeito da (quase) onnipresença da grade de valores “neoliberais” ou do Capitalismo, em sua face/fase atual, aponta para um horizonte alternativo, distinto de, e até contraposto ao que parece impor-se e ser aceito como definitivo. O que indica uma aposta em um rumo utópico.

O propósito desta reflexão é, portanto, fornecer alguns elementos tanto de práticas sociais moldadas à ordem dominante, quanto de experiências (passadas e presentes) inspiradas em valores que se contrapõem à ideologia do **pensamento único**, e, ao mesmo tempo, se propõem grávidas de uma grade axiológica alternativa.

Começamos por explicitar conceitos-chave aqui trabalhados. Em seguida, a título de exercício de analogia, recuperamos ligeiros traços de experiências medievais que, ao seu modo, também se manifestavam à contra-corrente da grade de valores então dominante. Num terceiro momento, houvermos por bem tomar como exercício de nossa reflexão um tema candente de marcante atualidade: a recente invasão do Iraque, como expressão macroestrutural do **status quo**. A primeira como a segunda experiência aqui tomadas como alvo de nossa abordagem parecem-nos indicativas da inconsistência de pretender-se

* Alder Júlio Ferreira Calado é sociólogo, trabalha atualmente na FAFICA, em Caruaru – PE, presta assessoria ao CESA-AESA, em Arcoverde – PE, colabora com o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e com o Programa de Pós-Graduação em Educação, ambos da UFPB. É membro do Centro Paulo Freire. Assessora movimentos e pastorais sociais, no Nordeste. Integra alguns Grupos de Pesquisa, na região. É autor de **Tecelão da Utopia: uma leitura transdisciplinar de Paulo Freire**, entre outros textos.

¹ O “quase”, que figura acima entre parênteses, vem como indicativo de contraponto ao **establishment**, como sinaliza de práticas situadas à margem do sistema que, a despeito de seus próprios limites, conseguem escapar a esse “rolo compressor”, ao mesmo tempo que tratam de ensaiar passos que apontam na direção de uma sociabilidade alternativa.

absolutizar o chamado “pensamento único”, qualquer que seja a ideologia dominante. Por último, tentamos socializar alguns elementos de experiências coletivas de hoje que, para além de seus próprios limites, se manifestam à contra-corrente do **establishment**, ao mesmo tempo em que apontam traços de uma experiência utópica libertadora.

I. Em busca de entendimento conceitual

O propósito central deste artigo é ensaiar uma reflexão sobre práticas sociais. Ao reconhecer que tal exercício tem implicação teórica e teórico-conceitual, cumpre-nos desde já prevenir o leitor, a leitora, quanto à nossa intenção mais diretamente situada no terreno da ortopraxia do que no plano meramente conceitual, sendo que este último nos remeteria mais propriamente a uma revisão bibliográfica, tarefa que não estamos a prometer, desta feita.

Para além de sua polissemia e múltiplos limites, **Utopia** e **Cotidiano** têm exercido, em não poucas pessoas, movimentos e grupos sociais, um notável fascínio. Ontem como hoje, **Cotidiano** e **Utopia** têm sido tomados – por uma pequena minoria, é verdade - mais do que como alvo de estudos e reflexão, como fonte de inspiração de Vida e de aprendizado de Liberdade. A esse respeito, a literatura disponível, sob vários enfoques, é considerável. Notadamente, em relação ao conceito de Utopia. Embora não seja propósito nosso revisitá-la aqui, cumpre assinalar, a esse respeito, que não nos referimos apenas ao período que vai de Thomas Morus a Walter Benjamin, por exemplo. O sonho de uma sociedade alternativa, ao mesmo tempo que o caracteriza, extrapola, como se sabe, tal período.

Bem mais de uma vez, já tivemos ocasião de socializar inspirações suscitadas pela experiência do **Cotidiano** e pelo sonho de **Utopia**. E esperamos não seja esta a última vez.

Desta feita, move-nos o propósito de socializar passos, coletiva e pessoalmente ensaiados, no terreno das relações do **Cotidiano**, que se pretendem portadores de sementes de uma **Utopia libertadora**.

Como de outras oportunidades (Calado, 1997; 1998, 1999), também aqui voltamos a tomar o conceito de Cotidiano como o espaço social formado por uma complexa e vasta rede de relações humanas (e sociais, por conseguinte), cujos fios – de espacialidade, subjetividade, de gênero, de idade, de classe, de etnia, de espacialidade, de natureza ética, de relacionamento com o Sagrado, etc. – se acham dinamicamente inter-relacionados no interior de experiências, fatos, situações, acontecimentos, em função de um projeto socialmente situado e datado, cujos fios e respectivos tecelões se acham historicamente condicionados a processos de desconstrução e reconstrução, numa perspectiva em aberto.

A tal projeto em construção, envolvendo fios e respectivos tecelã(õe)s, corresponde o que aqui estamos chamando de Utopia. Em atrevimentos ensaísticos anteriores, sempre que lidamos com o conceito de Cotidiano, também desponta o de Utopia, implícita ou explicitamente a ele vinculado, à medida que sustentamos que é precisamente no chão, ou melhor dito, na oficina do Cotidiano que se vão (ou não) tecendo os fios da Utopia almejada, em razão do que nossas relações do Cotidiano passam a ser o mostruário ou o instrumento aferidor da qualidade de nossa Utopia, entendida como o grande horizonte de Liberdade que alimenta e dá sentido ao existir dos Humanos, ao qual se sentem ontologicamente vocacionados, ao mesmo tempo que historicamente condicionados, razão pela qual o horizonte utópico se lhes apresenta como um processo ininterrupto, dinâmico, feito por entre contradições, e com horizonte sempre em aberto. Em aberto, porque se, de

um lado, se trata de projeto não acabado, sempre em curso, a perseguir o plenamente Humano, no plano da História; por outro lado, seus protagonistas são instados a mostrar, já agora, e na oficina do Cotidiano, sinais convincentes de que seus passos marcham na direção utópica proclamada.

Neste caso, Utopia se compara a uma longa e interminável caminhada de aprimoramento de todas as potencialidades humanas, da qual já o primeiro passo se mostra (ou se nega) portador de elementos e sinais da qualidade da mesma. Convém assinalar, de passagem, que o chamamento à Utopia não se restringe a seres humanos tidos como românticos visionários, nem corresponde a um chamamento dirigido a um determinado segmento privilegiado. Deve, antes, ser tratado como uma característica de todo ser humano, historicamente chamado a cumprir sua dimensão de **ΖΩΟΝ ΟΥ-ΤΟΠΙΚΟΝ**, Animal Utópico, Ser de Utopia. Sonho que acompanha a trajetória histórica da Humanidade, em todos os períodos.

E o que estamos entendendo, aqui, por Utopia libertadora? O sentido do qualificativo (“libertadora”) tem lugar, por conta dos múltiplos sentidos atribuídos (ou suscetíveis de ser atribuídos) a Utopia. Embora não alimentando ilusão de precisão “definidora”, parece-nos que o qualificativo ajuda no esforço de uma compreensão mais adequada do que estamos chamando de Utopia e seus correlatos. Por exemplo, o fato de ilustrarmos essa reflexão com experiências de períodos passados (no caso, Idade Média) não significa qualquer pretensão a um esforço ou sonho de reedição daquelas experiências. Costumamos, em casos semelhantes, fazer nosso o sentimento contido no mote: “Nem o passado como era / Nem o presente como está.” E não apenas por serem outras as condições históricas atuais, sob vários aspectos (o que não apaga semelhanças ou **afinidades eletivas** subjacentes, em outros planos).

No que concerne às experiências aqui narradas, guardam, em sua maioria, traços marcantes de uma grade de valores inspirados no Cristianismo, tal como o concebe a Teologia da Libertação. Neste caso, trata-se de experiências que, em geral, no plano social, acentuam valores tais como: a luta pela justiça social, a opção primordial pela causa libertadora dos oprimidos, o protagonismo dos empobrecidos na luta pela sua libertação, a solidariedade com os pobres como classe, a partilha das riquezas e dos bens, o engajamento nas lutas por todos os direitos humanos para todos, entre outros. Posição que, embora não explicitada pelos respectivos protagonistas, guarda consideráveis afinidades com um projeto de sociedade de inspiração marxiana, pelo menos no que remete aos valores sustentados nos **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**, de Marx², com influência nada

² “Der Mensch eignet sich sein allseitiges Wesen auf eine allseitige Art an, also als ein totaler Mensch. Jedes seiner *menschlichen* Verhältnisse zur Welt, Sehn, Hören, Riechen, Schmecken, Fühlen, Denken, Anschauen, Empfinden, Wollen, Tätigsein, Lieben, kurz, alle Organe seiner Individualität, wie die Organe, welche unmittelbar in ihrer Form als gemeinschaftliche Organe sind”, ||VII| (...) “Das Privateigentum hat uns so dumm und einseitig gemacht, daß ein Gegenstand erst der *unsrige* ist, wenn wir ihn haben, also als Kapital für uns existiert oder von uns unmittelbar besessen, gegessen, getrunken, an unsrem Leib getragen, von uns bewohnt etc., kurz, *gebraucht* wird.” (...) “Die Aufhebung des Privateigentums ist daher die vollständige *Emanzipation* aller menschlichen Sinne und Eigenschaften” (“O ser humano compõe o seu ser multiforme de modo omnilateral, e portanto como ser integral. Todas as suas relações humanas com o mundo – ver, ouvir, cheirar, saborear, pensar, contemplar, sentir, querer, agir, amar, em suma, todos os órgãos de sua individualidade, como órgãos que apresentam um caráter diretamente coletivo” (...) “A propriedade privada tornou-nos tão estúpidos e parciais, que um objeto só é nosso quando o possuímos, quando existe para nós como capital ou quando é diretamente comido, bebido, vestido, habitado, etc. (...) Daí que a superação da

desprezível em vários pensadores e pensadoras brasileiros (cristãos e marxistas, a exemplo de Paulo Freire).

II. Elementos de experiências utópicas medievais

Na Idade Média, à semelhança de outros períodos históricos, foi também notável o impacto suscitado pelo sonho de Utopia. Na presente reflexão, partimos de duas referências medievais: uma tem a ver com manifestações de rebeldia profana da parte de grupos vivendo à margem daquela sociedade, enquanto a outra recupera alguns feitos das beguinas, um segmento de mulheres trabalhadoras (parte da qual formada de tecelãs), dispostas ao serviço dos pobres, como vocação, sem estarem vinculadas a uma ordem religiosa. Por meio dessas experiências, temos o propósito de ensaiar um exercício de analogia com distintos traços da contemporaneidade, à cata de identificar atitudes e caminhos em busca de uma Utopia libertadora.

Há apenas pouco mais de dois anos, tivemos uma experiência de passagem de milênio, ocasião em que lembrávamos (inclusive nas páginas da primeira coletânea editada pelos membros do **Religare**) que o imaginário coletivo costuma ser mais fortemente sacudido em épocas atípicas. Um final de milênio bem se presta como exemplo. Foi assim, ao final dos anos 900. A encruzilhada entre dois longos períodos históricos suscita medos e evoca imagens escatológicas do **Dies irae, dies illa**³, hino composto por Tomás Celano, em 1275, associado ao Juízo Final. Experiências de final de século costumam ensejar algo como uma síndrome milenarista.

Semelhante espectro voltou a rondar os contemporâneos do recente final de milênio. Sombrias evocações voltaram à cena, e reacenderam a atmosfera de medos. Quadro sensivelmente agravado, quando se sabe coincidir, aquele período, com um final de milênio marcado por uma situação de crise generalizada, e sem perspectiva de superação, a curto prazo...

Nas pegadas das e dos que buscam incessantemente ensaiar passos de enfrentamento e de superação à barbárie capitalista que ameaça o Gênero Humano e a Mãe-Natureza, lançamo-nos também à cata de pista libertadoras, recorrendo ao legado histórico do segundo milênio deixado por vários movimentos e figuras humanas protagonistas, cuja memória subversiva nos ajuda a recobrar a força da Utopia revolucionária.

Da chamada baixa Idade Média, sobretudo do século XII ao século XV, podemos recolher muitas lições de resistência propositiva. Num período em que a nobreza e a alta hierarquia eclesiástica encarnavam a expressão de um sistema totalitário, nas diferentes dimensões da realidade social, é de se perguntar de onde suas principais vítimas extraíam tanta força para opor-lhe resistência. E, no entanto, lá estavam os Goliardos, jovens

propriedade privada é a emancipação completa de todos os sentidos e atributos humanos. (**Ökonomisch-philosophische Manuskripte**, III, XXXIX, VI-VII, extraído da página <http://www.mlwerke.de/default.htm>).

³ Algumas estrofes do hino, seguidas de uma tradução: “Dies irae, dies illa/ solvet saeculum in favilla,/ teste David cum Sibylla”; (...) “Liber scriptus proferetur / in quo totum continetur,/ unde mundus iudicetur”; (...) “Quid sum miser tunc dicturus?/ Quem patronum rogaturus, / cum vix iustus sit securus?” (“Aquele dia será tremendo/ O mundo virará cinzas / Sob as vistas de Davi e da Sibila”; (...) “Será aberto um livro em que tudo está contido, a partir do qual o mundo será julgado” (...) “Pobre de mim, que irei dizer, então/ A quem recorrerrei?/ Dificilmente o justo me livrará da condenação”).

rebeldes - tidos por uns como vagabundos, por outros como subversivos da ordem social em vigor – a percorrerem os caminhos da Europa Ocidental, com seus poemas iconoclastas, com suas sátiras mordazes, mas também com suas canções de amor, reunidos numa coletânea - os famosos **Carmina Burana**⁴... Os Goliardos fizeram da poesia a arma principal de sua “guerrilha cultural” (expressão tão cara ao nosso artista pessoense Pedro Osmar), uma forma própria de afirmar seu espírito de liberdade, como mostram as linhas abaixo citadas, extraídas de um de seus poemas, intitulado “Versos sobre o dinheiro”:

O dinheiro reina, soberano, sobre a terra/ É admirado por reis e pelos grandes/ A ordem episcopal, venal, lhe rende homenagem/ O dinheiro é o juiz dos grandes concílios/ O dinheiro faz a guerra, e quando quer, obtém a paz/ O dinheiro é que faz os processos, para que sua conclusão dele dependa/ O dinheiro compra e vende tudo, dá e toma de volta o que deu/ (...) Graças ao dinheiro, o idiota se torna incontestável falante/ O dinheiro compra médicos, adquire amigos prestimosos/ (...) torna barato o que é caro, e suave o que é amargo.” (in Wolff, 1995:62).

Qualquer semelhança com situações e personagens contemporâneas não é mera coincidência! A exemplo desta, são muitas as poesias de protesto da época. Outra, por exemplo, conhecida como “Canção da camisa”, atribuída a Chrétien de Troyes, por volta de 1180, levanta seu grito contra a situação de exploração de que são vítimas as mulheres tecelãs:

“Nós estamos sempre a tecer panos de seda/ E nem por isso seremos melhor vestidas/ (...) Mas, os nossos salários enricam/ Aquele para quem nós trabalhamos.” (Le Goff, 1983:65)⁵

Há um leque consideravelmente amplo de grupos e movimentos medievais que apresentam variadas formas de resistência. Além dos já mencionados, há muitos outros, dentre os quais: os Cátaros, os Valdenses, os Begardos, as Beguinhas, os Espirituais franciscanos, os Dolcinianos, os seguidores de Wycliffe e Huss, os Anabatistas...⁶

Tomemos, de passagem, o caso das Beguinhas, cuja ação de resistência se dá mais expressamente no plano cultural, a exemplo dos Goliardos. Desejosas de exercitar sua

⁴ Uma parte considerável dos **Carmina Burana** foi traduzida, com reconhecida qualidade, pelo Prof. Maurice Van Woensel, pela Ars Poética, no final dos anos 90.

⁵ Impressionante observar, cerca de sete séculos depois, já nos albores da Revolução Industrial, o grito expresso por Shelley, em uma de suas poesias, aquela dirigida “Aos homens da Inglaterra”, que tanto eco faz ao clamor desses tecelões medievais: “Homens da Inglaterra, por que arar / Para os senhores que vos mantêm na miséria? / Por que tecer com esforço e cuidado / As ricas roupas que vossos tiranos vestem?” E, apocalíptico, conclui: “Semeai – mas que o tirano não colha / Produzi riqueza – mas que o impostor não a guarde / Tecei roupas – mas que o ocioso não as vista / Forjai armas – que usareis em vossa defesa.” (P. Shelley, in HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**, 18ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 206.)

⁶ Os primeiros protagonistas citados foram objeto de estudo ainda recente (cf. Calado, 1999).

religiosidade de modo alternativo, isto é, por fora do figurino ditado pelas normas das congregações religiosas – marcadas pelo seu forte caráter androcêntrico ou mesmo misógino –, as Beguinias trataram de assegurar as condições para, como se dizia à época, “extra religionem religiose vivere”, ou seja: viver a experiência do Sagrado, fora dos quadros institucionais.

Trataram, por conseguinte, de não aderir a nenhuma congregação, nem à vida em claustro, nem à profissão solene de votos perante a autoridade eclesiástica. Foram viver sua experiência do Sagrado junto aos pobres, a quem se dedicaram, solidárias, em serviços múltiplos, junto aos excluídos da época, junto às “ovelhas sem pastor” (alusão a várias passagens bíblicas, principalmente aos profetas Isaías, Jeremias e Ezequiel): os enfermos, os idosos, os órfãos, as mulheres abandonadas pelos maridos, as concubinas, as vítimas da prostituição...

Eram mulheres livres, ciosas de sua independência, trabalhavam para se manterem. Independentemente de sua origem social - algumas vinham de condições econômicas privilegiadas -, faziam questão de manter um padrão de pobres como estilo de vida, como testemunho do caráter de sua espiritualidade, em sinal de sua solidariedade aos excluídos da época, e em protesto contra os desmandos e o monopólio clerical da pregação, ao que opunham sua ousadia de pregar publicamente.

Algumas delas notabilizaram-se pela sua erudição, como poetisas, como escritoras, a exemplo de Marguerite Porète (francesa, autora de um tratado de espiritualidade escrito em vernáculo, cujas idéias lhe custaram o sacrifício da fogueira pela Inquisição, em 1310), Hadewijch de Antuérpia (a quem se atribui a fundação da língua flamenga escrita), Christine de Pisan. (cf. Klapisch-Zuber, 1989: 315-343; León, 1998; Comblin, 1999; Rezende, 1999).

Mas, importa sobretudo reter a contribuição do Movimento das Beguinias, autênticas precursoras do Feminismo.

Séculos depois das denúncias das tecelãs inglesas, a situação das classes populares inglesas continuava tão ou ainda mais grave. Não sendo ouvidos em suas denúncias, os camponeses e os artesãos ingleses não tiveram outra saída, a não ser organizar um levante contra seus cruéis senhores, marchando sobre as principais sedes do poder feudo-monárquico-clerical, tal como ocorreu ao Movimento dos Trabalhadores da Inglaterra, em 1381, fato precipitado pela famigerada **poll-tax**, uma decisão do Parlamento inglês, de sobretaxar de novo a massa dos trabalhadores. Nessas incursões sediciosas, destacaram-se, entre outras, as figuras de Tylor Wat, que comandou a marcha sobre a Cantuária, e John Ball, um missionário popular ou um pregador itinerante, conhecido por seus sermões inflamados de enorme repercussão popular. Costumava reunir o povo, aos domingos, e pregar assim:

“Minha gente, as coisas não podem ir bem na Inglaterra, nem irão melhorar, enquanto as riquezas não forem postas em comum, enquanto houver nobres e servos, e enquanto a gente não se unir.” (...) “Quando Adão cavava a terra com a enxada e Eva tecia, onde é que estavam os nobres?” (Wolff, 1993:192-194).

III. Um exemplo impactante da ideologia dominante, na atualidade: a mais recente invasão do Iraque

Experiências de Utopia não costumam ter lugar em situações paradisíacas, em que já teriam sido superadas as contradições. Antes, têm curso em meio tropeços, turbulências e contradições macro e microestruturais, até porque estas é que caracterizam o “Tópos”, contestado pelos que se aplicam em superá-lo, tendo como referência-guia o “Não-topos”. Eis por que escolhemos como matéria-prima deste tópico um acontecimento que parece emblemático: a mais recente invasão do Iraque.

O Capitalismo nos traz de volta cenas mais explícitas de sua verdadeira face. A mais recente e sangrenta invasão, acompanhada de massacrante bombardeio de alta intensidade, – eufemisticamente apelidada de “guerra” pela imprensa convencional (não só, aliás) – perpetrada, mais uma vez, pelas Forças Armadas dos Estados Unidos e da Grã Bretanha e seus aliados contra o Povo e o território iraquianos. Apelido que, de tão repetido, termina sendo assumido como verdade “universal”, posto que **“América” locuta causa finita** – “Quando a América fala, a questão está encerrada... (pedindo **venia** pelo mau uso do termo belo termo América, essa nossa “Pátria Grande”)

Eis que, com efeito, após meses de anúncio da carnificina preparada pelo Governo Bush e seus aliados ocidentais, ora sob a repugnante omissão, ora sob as vistas aparentemente hostis dos governos das demais potências e dos demais membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, teve início, em meados de março de 2003, o megabombardeio com mísseis e sofisticadíssimos aviões de guerra, a jogarem toneladas de bombas sobre o território e a gente do Iraque, para o sádico deleite da mídia ocidental, ávida em difundir e converter, desde as lentes do Pentágono, filtradas imagens da carnificina em grotesco espetáculo pirotécnico, em nome da democracia, quando não em nome da suposta libertação do povo iraquiano das garras do ditador Saddam Hussein...

Impactado pela natureza e alcance planetário dessa barbárie ocidental, ainda em curso, associamo-nos a tantas pessoas espalhadas por todos os quadrantes que continuam a gritar sem cessar por justiça e dignidade humana. E o fazemos, propondo uma reflexão sobre os Direitos Humanos diante de toda essa barbárie praticada ao arrepio dos mais elementares códigos de convivência humana. Socializando fatos e situações que, embora do conhecimento público, a mídia cuida de ocultar aos olhos dos cidadãos de todo o mundo, propomos o exercício de um olhar crítico sobre os fundamentos dessas sucessivas manifestações de barbárie protagonizada pelas grandes potências do mundo, a começar pelos Estados Unidos.

Situando os primeiros elementos da problemática da “guerra”

Dando seqüência prática a (mais) um crime reiteradamente anunciado, sob os olhares antes cúmplices que impotentes das grandes potências e dos países-membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, desde 19 de março, não tem cessado de

chover “democracia” sobre áreas residenciais e em multimilenares monumentos históricos iraquianos⁷, patrimônio cultural da humanidade...

Em tempos pós-modernos de crescente afrouxamento ético-político – inclusive de parte expressiva daquele segmento que Frei Betto costumava chamar de esquerda arrependida! -, de autocensura e de tentativa de censura a quem continue ousando chamar “o boi” pelo nome (capitalismo) e pelo sobrenome (imperialismo, neocolonialismo), importa reavivar a memória, como antídoto a qualquer expressão de surpresa ante a mais recente manifestação da fúria assassina (em seu sentido ao mesmo tempo cósmico e humano) do Capitalismo.

Certamente esta não é a primeira vez. Da metade do século XX para cá, como nos recorda a lista publicada em **Brasil de Fato**, de 22 de março de 2003 (p.8), convém ter presente a sucessão de invasões acompanhadas e seguidas de bombardeios massivos: perpetrados pelos Estados Unidos: China (1945-46), Coréia (1950-53), China (1950-53), Guatemala (1954), Indonésia (1958), Cuba (1959-60), Guatemala (1960), Congo (1964), Peru (1965), Laos (1964-73), Vietnã (1961-73), Camboja (1969-1970), Guatemala (1967-69), Granada (1983), Líbia (1986), El Salvador (anos 80), Nicarágua (anos 80), Panamá (1980), Iraque (1991), Sudão (1998), Afeganistão (1998), Iugoslávia (1999), Afeganistão (2001), Iraque (2003)...⁸

Se não foi seguramente a primeira, provavelmente ainda não terá sido a última vez. E o “ainda” se deve não apenas a um legítimo **desideratum** dos oprimidos. Deve-se também a um sinal auspicioso para o Planeta e para os deserdados da Terra: à semelhança de outros impérios que, sucumbindo às próprias armadilhas, e saturados pela prepotência e arrogância, terminaram por conhecer a ruína, o império americano começa a dar sinais de declínio, à medida que, doravante, só conseguirá impor sua dominação imperial unicamente pela força bruta.

Democracia ocidental: uma máscara em pedaços?

Períodos de crise servem, não raro, como teste da (in)consistência da natureza de laços declarados. No âmbito das relações afetivas, desde os antigos (a exemplo dos romanos, para quem **Amicus certus in re incerta cernitur** – “É nas horas difíceis que se conhece mesmo a qualidade de uma amizade”), costuma-se dizer que é nos momentos cruciais que se testa a qualidade de uma amizade. Isso pode valer também para o plano macro-social. No caso da proclamada democracia ocidental, esses (e outros) tempos de crise bem se prestam para se testar a (in)consistência dos discursos sobre democracia,

⁷ Tão superficiais costumam ser os registros fornecidos pela mídia (quando o são!), acerca dos atos de barbárie dos invasores, que poucos ficam sabendo de fatos gritantes tais como:

- “incêndio criminoso de uma grande biblioteca que guardava algumas das mais belas e antigas versões do Alcorão”;

- “o sítio arqueológico da Babilônia foi arrasado e o Museu de Hamurabi destruído”;

- “a harpa de Uruk, uma obra prima da civilização suméria, de 5 mil anos, em ouro maciço, que desapareceu junto com outras 170 mil peças” (UTZERI, Fritz. “Gengis Khan Bush”. **Pasquim**21, nº 59, Rio de Janeiro, 22/04/2003, p. 21.)

⁸ Note-se que se trata de uma lista duplamente incompleta: não apenas pelo fato de não mencionar as invasões de outras potências capitalistas contra povos africanos e de outros continentes, como também em relação mesmo aos Estados Unidos (aí não se fala de Hiroshima nem de Nagasaki, por exemplo).

cidadania, direitos humanos, autodeterminação dos povos, etc. Vejamos alguns casos ilustrativos.

- **Lições não aprendidas pelo trágico ataque de onze de setembro de 2001** – Como expressão de todo império declinante, o Governo Bush recusou-se a tomar o episódio de onze de setembro como um trágico alerta sobre as fundas raízes subjacentes àquele ataque triplicemente emblemático (**em sua dimensão econômica**: contra as torres do famoso centro comercial; **no plano militar**: contra o Pentágono, e **em sua esfera política**: o ataque frustrado contra a Casa Branca). Preferiu convertê-lo em pretexto para, combinando elementos de exacerbada caça aos terroristas, a começar por Bin Laden, e relançar, de forma acintosa e extremada, toda a carga acumulada de ódio imperialista contra o que denominou de “eixo do mal” (Afeganistão, Iraque, Iran, Síria, Coréia do Norte...), espécie de núcleo de um grupo de cerca de trinta países considerados hostis a Washington.

Em vez, portanto, de interpretar a tragédia como um sinal eloqüente da necessidade de moderar, mesmo do ponto de vista imperial, sua gula belicista, prefere o paroxismo, prefere a exacerbação de sua estratégia expansionista.

Ora, nenhuma potência sobrevive muito tempo, enquanto potência estritamente militar, calcada apenas no uso da força bruta, sem ter como suporte algum consenso ideológico por parte dos dominados. Pode até continuar a ter (caso da Grã Bretanha) ou voltar a ter consenso de outras potências (França, Alemanha, Rússia, China), mas essas também integram, no fundamental e em última instância, o mesmo bloco de dominação. Podem retardar ou adiar sua ruína, mas não evitá-la. Antes de um dado de fé, isso tem base na própria História recente e menos recente...

- **A cruzada anti-terrorista dos Estados Unidos: o discurso do bom-mocismo ofende a inteligência...** Sob o pretexto de represália contra Bin Laden e o terrorismo do “eixo do mal”, elege-se o Afeganistão como primeiro alvo. Dias seguidos de maciço bombardeio sobre terras afegãs e sua gente indefesa, até o controle militar do país. E nada de se encontrar Bin Laden. Teria sido realmente este o alvo? Neto, filho, representante e correligionário de ricos empresários transnacionais do setor petrolífero, não estaria Bush mais interessado em controlar as ricas reservas de petróleo daquela vasta área? Isso não poderia circular pela mídia convencional, que esteve – e continua - mais interessada em distrair e desviar do cerne da questão a atenção da opinião pública internacional, especulando sobre o paradeiro de Bin Laden...

- **Controlado o Afeganistão, o alvo seguinte é o Iraque, sob o pretexto de mais um “boi de piranha”: Saddam Hussein...** Em toda empreitada imperialista que se afirme como tal, há sempre necessidade de se sacrificar a verdade. A chamada “opinião pública” não pode ver o rei nu. Há sempre a necessidade de recorrer a um “boi de piranha”. Saddam Hussein seria o próximo. A cortina de fumaça teria como base o compadecimento por parte do “bom moço” e seus aliados da sorte do povo iraquiano, escravizado por um perverso ditador. Pior ainda: em flagrante desrespeito às resoluções da ONU, Saddam Hussein continuaria produzindo armas de destruição em massa, uma terrível ameaça a toda a Humanidade, e, em primeiríssimo lugar, à segurança dos Estados Unidos...

Contra a hipocrisia e a fragilidade dos motivos declarados, conspiram fatos gravíssimos jamais tocados pela mídia oficial, controlada completamente pelos ideólogos

do Pentágono. Convido o leitor, a leitora a fazer um esforço para responder a perguntas do tipo:

- Será defensável, do ponto de vista do tão desgastado Direito Internacional, sustentar como pretexto da acintosa invasão do Iraque a hipótese de que o Iraque possui armas de destruição em massa, quando, a despeito de meses de investigação patrocinada pela ONU, nada de grave foi constatado em terras iraquianas?

- Será legítimo – ou mesmo legal - que o Governo dos Estados Unidos, contrariando a maioria dos membros do Conselho de Segurança da ONU e os reiterados protestos de milhões de cidadã(o)s, em todo o mundo, se arroguem o direito de “desarmar” à força, por conta própria e de seus aliados, aquele país?

- Que legitimidade assiste a um país como os Estados Unidos, de pretender destituir um governo desafeto, massacrando o país e sua gente?

- Por que tamanho senso de justiça do Governo Bush, apoiado pelo Congresso, pelas transnacionais (a propósito das quais importa sublinhar a participação de várias delas, a exemplo da Coca-Cola e da MacDonal’d’s, que estariam destinando certo percentual de seu faturamento ao financiamento dessa invasão), pelas grandes potências e pelos governantes ditatoriais de todo o mundo, não se aplica a países como Israel?

- Qual a autoridade moral do Governo dos Estados Unidos, de sentir-se no direito de “desarmar” quem quer que seja, se eles próprios, Estados Unidos, lidam, produzem ou armazenam, declaradamente ou não, todo tipo de armamento, inclusive armas de destruição em massa? Aliás, que tipo de armamento está sendo utilizado contra o Iraque? “Mira a quien habla!”...

O hiato entre governantes e o crescente grito das ruas é exemplar mostruário da natureza cediça da democracia representativa - Esses tempos de crise têm igualmente se prestado a confirmar o terreno cediço em que se erigem os fundamentos do edifício da democracia representativa.

Desde muito antes da consumação da invasão das tropas anglo-americanas contra o território do Iraque, têm se sucedido manifestações quase diárias, em diferentes pontos do Planeta, em firme oposição a mais essa investida encabeçada pelos Estados Unidos e seus aliados, que pretendem integrar um suposto “Eixo do Bem”...

Na análise desses acontecimentos, de tantos aspectos que merecem especial destaque, vale incluir a distância abissal que se tem observado entre, de um lado, a disposição extremamente belicista de diversos governos aliados dos Estados Unidos, nessa monstruosa violação do Direito Internacional, e, de outro, as respectivas populações, a clamarem com toda a força contra a materialização dessa empreitada assassina.

A despeito da natureza orgânica dos laços da mídia escrita, falada e televisiva, direta ou indiretamente controlada por grandes grupos transnacionais, por intermédio dos governantes das grandes potências, os meios de comunicação de massa não têm logrado ocultar completamente as imagens ou o impacto gigantesco das manifestações maciças que se vêm organizando, pelo mundo inteiro.

Na Europa, chamam a atenção os protestos por parte, não apenas daqueles países cujos governantes se dizem contrários à agressão anglo-americana (caso da França e da Alemanha, por exemplo), mas sobretudo as manifestações organizadas por expressivos segmentos da sociedade civil daqueles países cujos governantes se aliam às forças

invasoras (caso da Austrália, da Espanha, da Itália, da Inglaterra e dos próprios Estados Unidos...).

Essa constatação induz à confirmação de uma conclusão chocante: a farsa das democracias representativas. Afinal, quem representa quem? Qual é o papel do voto? Será que vale a pena continuar apostando na democracia representativa?

Para que(m) serve mesmo a ONU? - Obcecado pela sua nova estratégia geopolítica pós-Onze de Setembro, o Governo Bush, tomando como bode expiatório o primeiro alvo do “Eixo do Mal”, precipita a olhos vistos sua nova investida militar contra o Iraque. E, secundado pela Grã-Bretanha, não tarda a enviar dezenas de milhares de militares e pesados equipamentos de guerra para o Kwait, uma de suas colônias no Oriente Médio.

Sob os crescentes protestos e pressão de milhões de manifestações internacionais contrárias à invasão, os demais membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, principalmente a França e a Rússia, começam a investir mais intensamente numa saída negociada, apostando no trabalho dos inspetores oficiais em território iraquiano, à procura de indícios de fabricação ou armazenamento de armas químicas e biológicas, nada do que até hoje foi encontrado. Ainda assim, o Conselho de Segurança da ONU exigiu que o Governo do Iraque, mesmo sob expressa, reiterada e iminente invasão (as tropas anglo-americanas já se achavam instaladas no Kwait!), destruísse os mísseis de alcance maior. Ordem seguida, em grande parte, pelo Governo de Saddam Hussein.

Resultado: armamentos destruídos, indícios de armas de destruição em massa não detectados, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, não bastasse a brutal desigualdade de forças ante o debilitado Iraque (há dez anos submetido, desde o desfecho dos confrontos de 1991, a implacável bloqueio, não é difícil imaginar quem ameaça quem...), decidem invadir, de qualquer jeito. E, desde então, qual tem sido a postura da mesma ONU frente ao fato consumado? Coordenar campanhas “humanitárias” e mendigar a sua participação na coordenação do processo de “reconstrução” do Iraque...

O episódio acima serve bem para dimensionar qual vem sendo concretamente o papel da ONU... Por maior que seja a indignação que isso provoque, convém assinalar que aqui não há lugar para surpresa. Quem, de fato, manda na ONU? Que democracia pode resultar do odioso privilégio do veto por parte dos cinco membros permanentes do seu Conselho de Segurança? Nenhuma chance para o mínimo de autonomia e autodeterminação da quase totalidade dos sócios, ao redor de 190. Tem futuro a ONU, a não ser para as grandes potências e seus súditos? É a isso que se chama democracia?

Ao se esvaírem de vez as possibilidades de honrosa virada desse **script**, posso até não concordar com a forma, mas fica difícil não entender as razões da indignação que levaram a Guilherme Scalzilli a dirigir ao Sr. Kofi Annan, secretário-geral da ONU, uma carta aberta solicitando que “encaminhe ao Conselho de Segurança da entidade um pedido de intervenção armada nos Estados Unidos da América do Norte”, sob a forma de “ataque preventivo visando dois objetivos principais: a eliminação de armas de destruição em massa e a derrubada do regime de George W. Bush.” (cf. **Caros Amigos**, nº 72, março de 2003:16).

O papel do Governo brasileiro na promoção do processo de construção da paz mundial

Condição prévia para se definir ou avaliar o papel dos governos nacionais – o do Brasil incluído – nas gestões de promoção da paz mundial, é tomar em conta qual é o conceito de paz com que se trabalhe. Com efeito, é a partir do que se entende por “paz”, que melhor se definirão e avaliarão os passos com o objetivo de promovê-la. No que toca à perspectiva aqui assumida, paz não coincide com a mera ausência de guerras. Corresponde, sim, a um processo histórico democraticamente protagonizado pelo conjunto dos povos, cujos governantes se mostram visivelmente empenhados em assegurar as indispensáveis condições de justiça como exigência prévia das relações de convivência, fundadas no respeito mútuo, na autodeterminação, na solidariedade e na cooperação.

Entendimento de paz que, já de si, exclui práticas rotineiras do tipo (cito apenas algumas como ilustrativas):

- discriminação (expressa ou velada) das vontades dos protagonistas, manifestada, por exemplo, pelo privilégio do veto dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, o que depõe, com toda a evidência, contra qualquer propósito aceitável de se respeitar o jogo democrático;
- consentimento (expresso ou tácito) a qualquer dos protagonistas da iniciativa de invasão a outro país, qualquer que seja o motivo alegado, ficando os casos de eventual legítima defesa subordinados à decisão democrática da assembléia geral do países-membros, sem qualquer privilégio, inclusive de veto;
- autorização seletiva do odioso privilégio de fabricação ou armazenamento de armas de destruição em massa (não apenas as armas químicas e biológicas): o caso das grandes potências e de seus apadrinhados, inclusive Israel;
- práticas explícitas de pilhagem, por parte das grandes potências, em favor dos grandes conglomerados transnacionais, contra os países periféricos, seja mediante a política de crescente endividamento, imposição de política de privatização dos Estados nacionais, seja por meio do flagrante desrespeito às regras elementares de reciprocidade que devem reger as relações comerciais entre os povos, seja por meio da “ciranda financeira” do chamado capital volátil, ou ainda por meio de evasão de divisas⁹ e de “n” mecanismos de sonegação combinados com a escandalosa renúncia fiscal feita por instâncias governamentais;
- abusiva liberdade de movimento e de lucro extorsivo dos conglomerados financeiros, sem qualquer controle social, entre outras.

Deduzem-se, por conseguinte, como impertinentes as gestões do Governo brasileiro, em seu esforço de passar a integrar o seletivo grupo dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Não se trata de brigar por ter uma fatia maior de poder no seio da ONU. Trata-se, isto sim, de fortalecer as reivindicações de uma autêntica democratização ou refundação da ONU, sem o que ficaria intacta a raiz do problema.

⁹ A esse respeito é bem elucidativa a entrevista feita com o Prof. Fábio Konder Comparato (cf. **Caros Amigos**, n° 72, março de 2003, p. 8), em que denuncia o escandaloso expediente da Eletropaulo subsidiária da AES, em situação de falência, nos Estados Unidos, com uma dívida de 3 bilhões de dólares, a qual, deixando de pagar sua dívida ao BNDES (instituição pública mantida com o dinheiro dos trabalhadores, o FAT), resolve socorrer a matriz, remetendo-lhe um bilhão de dólares

Merece, por conseguinte, reparo a postura “bem comportada” do Governo brasileiro, do ponto de vista das grandes potências. Que o papa ou chefes de outras igrejas e grupos religiosos se expressem assim, nada de novo, nada a estranhar: estão exercitando um discurso correspondente ao seu papel e à natureza sociológica das instituições oficialmente por eles representadas. De modo semelhante, tais instâncias têm atuado nas mais diversas circunstâncias congêneres, a exemplo do apoio a campanhas beneficentes contra a fome e a miséria. Estranha parece – essa, sim -, a atitude de um chefe de Estado, que se pretendendo embora de esquerda, venha a assumir discursos e práticas **irenistas** (do grego **Ειρήνη**, Eiréne = paz. No caso: paz a qualquer custo), sem contrapor-se a ninguém ou a força alguma. Pretender-se sustentar, numa situação de extrema desigualdade e conflitos sociais, um discurso sempre a favor de algo ou de alguém, sem que isso implique contrapor-se a algo ou a alguém, além de presunção, corre o sério risco de sucumbir ao oportunismo político, quando não mesmo corre o risco de descambar para o discurso da racionalidade cínica.

Se se evocam, como referência paradigmática, figuras como Paulo Freire - memória freqüentemente evocada em socorro de posições progressistas - facilmente se percebe que ele costumava insistir na idéia de que é praticamente impossível pronunciar-se favoravelmente a uma posição, sem se contrapor a uma outra, contrária ou antagônica. Como costumava fazer uso do “a favor de quê e a favor de quem, e contra quê, contra quem”, sempre associando essa expressão, digamos, freireana a diferentes situações! Seu estilo, também a esse respeito, é inconfundível.

Outro ponto crucial, que se coloca para o Governo brasileiro como mais um teste de sua postura ético-política frente ao episódio dessa barbárie, tem a ver com o aceno de representantes dos Estados Unidos para a inclusão do Brasil como parceiro no processo de “reconstrução” do Iraque. Os bombardeios não haviam sequer cessado, e já se ouviam, por parte de empresários e políticos brasileiros, declarações de sua disposição em “colaborar” com o processo de “reconstrução” Iraque...

Mais uma faceta das conseqüências e desdobramentos desse cenário macabro: por conta de uma superestimação da posição contrária do Governo da França e outras potências à explícita e anunciada agressão anglo-americana, alguns analistas se apressaram em ver nisso um sinal de cisão intra-sistêmica, da qual resultaria uma suposta re-arrumação das forças hegemônicas, implicando até uma contraposição de potências como França e Alemanha diante da hegemonia dos Estados Unidos. Avaliação que entendemos gravemente equivocada, afinal que interesses antagônicos fundamentais justificariam uma ruptura dessa ordem entre potências hegemônicas do projeto capitalista em curso?

IV. Em busca de pistas alternativas rumo a uma Utopia libertadora

Tendo em vista as experiências antes referidas, cremos valer a pena realçar, a título de uma sinopse, aspectos inspiradores apontando para elementos portadores de ensinamentos, em vista do esforço de construção de uma Utopia libertadora, nos termos do que aqui foi ensaiado a esse respeito, começando por algumas considerações sinópticas acerca das experiências de resistência medieval, passando, em seguida, para alguns registros sobre ensinamentos a serem também extraídos da mais recente invasão perpetrada

contra o Iraque, terminando por assinalar aspectos do esforço de resistência molecular, observáveis em alguns ambientes do nosso dia-a-dia.

Considerações sinópticas acerca de experiências utópicas medievais

No que diz respeito às experiências medievais antes enfocadas, chamam-nos especialmente a atenção as singularidades dos caminhos de resistência trilhados por segmentos populares tão distintos – enquanto uma (a dos Goliardos) se apresentava com motivação tida como profana, a outra (a das Beguinhas) era movida por inspiração religiosa. Ambas, porém, alimentadas pelo sonho de liberdade, pela busca de protagonismo e pelo zelo de autonomia. Ambas as experiências mostrando gente disposta a dar a vida, como alguns/algumas chegaram a dar, em defesa de seus ideais.

Vale, igualmente, a pena sublinhar alguns pontos a recolher como inspiração às lutas e aos desafios dos dias presentes.

Um primeiro ponto que destacaria é precisamente a força revolucionária da experiência (para não dizer: da categoria) de “Movimento”, em tensão constante com a tendência de institucionalização. A velha dialética entre o instituinte e o instituído, tensão acerca da qual tanto Max Weber como Ernst Troeltsch, ao lidarem com a trajetória das “Seitas”, apresentam apreciáveis elementos heurísticos. Tendo em vista que, ontem como hoje, a tendência à institucionalização (hoje mais freqüentemente expressa via ONGs, Terceiro Setor, Economia Solidária, entre outras formas) inibe, chegando às vezes até a ameaçar anular, o protagonismo e o potencial transformador dos Movimentos Sociais Populares, tais experiências medievais inspiram ou ajudam a perceber uma diversidade de caminhos alternativos à ordem estabelecida, a exemplo de fecundas experiências contemporâneas protagonizadas por religiosas vivendo em pequenas comunidades inseridas no meio popular, as chamadas PCIs (Pequenas Comunidades Religiosas Femininas inseridas no meio popular), recentemente pesquisadas por Maria Valéria Rezende (2002).

Com relação a um sem-número de levantes protagonizados por parcelas significativas dos pobres, na Idade Média, a despeito de haverem sido duramente reprimidos, deixaram suas lições. Quando se afirma que liberdade que se preze não vem de graça, nem como dom dos poderosos, mas, sendo uma conquista, só se consegue com muita luta, não é à toa que se diz. A História está aí a atestar... Isso não quer dizer que baste uma única iniciativa, nem que elas sejam todas bem sucedidas. De modo nenhum. É preciso saber que arrancar uma conquista social relevante quase sempre supõe um acúmulo de iniciativas, a maioria das quais resulta frustrada, mas chega um dia em que uma acaba dando certo e inspirando uma sucessão de outras conquistas exitosas, a compensarem as frustrações amargadas e o alto preço social pago.

Lições utópicas extraídas do exemplo analisado, no terreno das macro-relações

Quanto ao tópico tomado como alvo de nossa reflexão, sob o ponto de vista das macro-relações, enfocando as múltiplas implicações da mais recente invasão do Iraque, cumpre também realçar os principais ensinamentos que, de nossa parte, recolhemos desse trágico capítulo da história dos Direitos Humanos, nesse início de século e de milênio, sob

diferentes dimensões (econômica, política, cultural, militar, cósmica, ética, étnica, entre outras):

- **Radical incompatibilidade entre Capitalismo e respeito à Natureza** - Saímos de mais esse desastre ecológico (milhares de toneladas de bombas jogadas contra a natureza) com a convicção mais arraigada da radical incompatibilidade entre Capitalismo (ou qualquer outro sistema classista) e o Ecúmeno, entendido este como a casa comum dos viventes, expressão da dimensão cósmica do ser humano. A brutal violação da Mãe-Natureza, neste e tantos outros macabros episódios, é prova da perda de características fundamentais do ser humano, como parte e expressão da consciência cósmica. O impacto extremamente destrutivo das bombas e dos poderosos equipamentos mortíferos jogados no Iraque, no Afeganistão, na Palestina ou em qualquer parte do Planeta deve ser sentido com igual dor pelos humanos, lá onde a vida nos ponha. E esta (a perda de características humanas como a dimensão cósmica) é a ferida mais funda, da qual se desdobram outros ferimentos menores.

- **Efetiva incompatibilidade entre Capitalismo e vocação ontológica do ser humano de Autonomia e de Liberdade**– A invasão (mais uma!) perpetrada pelos Estados Unidos, Inglaterra e seus aliados ao território e à gente do Iraque, como fruto da estratégia expansionista do Capitalismo da era Bush-Blair, ameaça seriamente inviabilizar a trajetória existencial do ser humano como ser ontologicamente vocacionado à Liberdade (cf. Freire, 1996, e Comblin, 1999). No mínimo, intervém como um fator gravemente retardatário desse devir, historicamente condicionado.

- **A invasão anglo-americana e de seus aliados contra o território iraquiano e sua gente expõe às escâncaras a farsa da democracia representativa.**– Com efeito, tal agressão faz cair de vez o verniz democrático dos governos ocidentais e seus aliados. Ainda que não se trate de vez primeira (haja vista o que se passa, neste mesmo instante, na Palestina e outras áreas do Planeta), o trágico episódio contribui sobremaneira para expor as entranhas apodrecidas das democracias representativas, à medida que o massacre põe à mostra o crescente fosso entre a vontade da maioria e as decisões de uma minoria inexpressiva. Algo como se o voto de um equivalesse ao de milhões.

- **A incursão imperialista anglo-americana e de seus aliados apresenta-se como coveira da credibilidade da ONU** - Se já eram poucos os que ainda se deixavam tocar pelo efetivo desempenho da ONU como mediadora confiável de conflitos internacionais, este episódio mais recente (e ainda em curso) veio pôr a última pá de cal na esperança de uma ONU radicalmente democrática, não refém dos interesses das grandes potências. Ao mesmo tempo, a mais recente agressão dos aliados ocidentais contra o povo e terra do Iraque, e a comprovada impotência da ONU no cumprimento de seu papel podem inspirar e suscitar, da parte da maioria dos países sócios, passos em direção à criação de uma instituição alternativa à ONU.

- Não bastassem sucessivos deslizes políticos devidos à sua gana de vitória eleitoral – e vitória de Pirro, ao menos para setores de esquerda ainda crentes na fidelidade de classe praticada pelos principais dirigentes do PT – , **o Governo tem assumido uma posição cômoda diante da gravidade da invasão ao Iraque**, à medida que se limita a declarar sua posição pela paz, sem recriminação expressa às potências beligerantes. Também aqui, o tom da posição do Governo continua sendo o da campanha eleitoral: pretender-se em paz com todo o mundo, como se isso fosse possível ou como se fosse eticamente aceitável, em relação ao que se deve esperar de um chefe de Estado considerado de esquerda.

Em conclusão deste sub-tópico, houvesmos por bem recorrer a uma imagem para uma analogia entre a sedutora estratégia do “amansador” de Índios e os mecanismos de sedução da lógica do Mercado.

No cumprimento de sua tarefa, lá ia o “amansador” de Índios, portando em sua bagagem todo tipo de objetos sedutores. Costumava instalar-se longe da aldeia. Passava, então, já nas proximidades da aldeia, a expor uma variedade dos tais objetos de desejo em lugares estratégicos. Ao descobri-los, os interessados iam pegando, conforme seus gostos. Tomando conhecimento das preferências dos clientes, o “amansador” passava a expô-los em maior quantidade, e cada vez mais longe da aldeia e mais perto de seu rancho de amansador. Depois de certo tempo, os “clientes” já se havendo viciado aos produtos, o processo de amansamento corria às soltas... Em questão de pouco tempo, o serviço estava feito...

Cada vez mais claramente vai se percebendo que a luta efetiva por Direitos Humanos implica inelutavelmente o enfrentamento, nas diferentes trincheiras, do sistema capitalista, desde suas raízes, a começar pela sua grade de valores. Ocorre que o poder de sedução do Capitalismo é quase ilimitado. Nem velhos militantes, até ontem ferrenhos anticapitalistas, se acham imunes aos seus encantos. Só o ininterrupto exercício de uma mística revolucionária, temperada pelas experiências de aprendizado junto ao povo, e alimentada por uma Utopia libertadora inspirada em Mulheres e Homens de ontem e de hoje, pode ajudar a manter-nos firmes, até porque, como lembrava Paulo Freire,

“Não é o dominador que constrói uma cultura e a impõe aos dominados. Ela é o resultado de relações estruturais entre os dominados e o dominador.” (Freire, 1980:64).

Precisamente aqui reside o grande desafio, cujo segredo passa pelo radical enfrentamento da lógica do “amansador” de Índios, que pode estar alojada em nossas práticas e concepções.

Tecendo fios de Utopia na oficina do Cotidiano

Por último, com relação mais ao plano mais diretamente ligado às micro-relações do Cotidiano, temos a tecer algumas considerações, particularmente voltadas para dois âmbitos – o da família e o da escola – em suas inevitáveis interfaces entre si e com outros âmbitos.

À semelhança de pessoas e grupos de ontem, hoje também perambulam por aí, principalmente no anonimato e longe dos holofotes dos espaços institucionais, figuras densas, a protagonizarem experiências carregadas de força transformadora, a partir das múltiplas relações tecidas no chão do seu cotidiano.

Em diferentes graus e sob aspectos vários, há, sim, também hoje, pessoas e grupos que ousam opor-se à ordem estabelecida, e, enquanto lhe opõem resistência, cuidam de sinalizar, em seu viver de cada dia, elementos convincentes de um mundo alternativo, em busca do qual se esforçam por tecer outro tipo de relações com os demais humanos e com a Mãe-Natureza, que se situam bem à contra-corrente dos valores dominantes.

Mulheres e homens do seu tempo, seres historicamente condicionados, por mais empenhados que se mostrem em se afirmarem conseqüentes aos valores nos quais apostam,

têm consciência de suas próprias limitações e dos condicionamentos a que se acham sujeitos. Mais do que sob a forma de pretensos blocos coesos ou como simétricas totalidades coletivas, para além de seus limites, esforçam-se por exercitar um protagonismo utópico que os desafia a cada momento, e cujo enfrentamento – longe de demandar palavras de efeito ou discursos bem tecidos de autojustificação - requer um ininterrupto exercício de autocrítica, pois nada lhes está garantido, nem mesmo por força apenas de seus bons propósitos. Fazem-se os primeiros alvos de uma das preferidas máximas de Marx – “De omnibus dubitandum” (“Temos que duvidar de tudo”).

Esforçando-se por serem rigorosos (“sin perder la ternura jamás”), a partir de si mesmas, de si mesmos, esses protagonistas (coletivos e individuais), atuando numa multiplicidade de espaços sociais (institucionais ou não), preferem pecar por excesso de generosidade diante de atitudes alheias dissonantes, a se fazerem juízes enrijecidos à cata “dos culpados” das desgraças humanas.

Tendo em vista o caráter complexo das sociedades contemporâneas, trata-se de sujeitos cujas relações se acham atravessadas por vários “fios” do Cotidiano, dentro e fora dos espaços institucionais. Partilham simultaneamente experiências no âmbito da família, na rua, na roça, no ambiente de trabalho, nas escolas/universidades, nos sindicatos, nos partidos, nas igrejas, nos espaços governamentais, nos movimentos sociais e comunitários, etc.

Ainda que vários desses espaços não escapem por completo ao dia-a-dia desses protagonistas, há de se convir em que apenas alguns de tais espaços são, na prática, tomados como referências mais significativas para a grande maioria dos mesmos. Ou seja, não participam efetivamente de todos os espaços mencionados. Enquanto uns priorizam, por exemplo, espaços eclesiais, outros se acham mais diretamente envolvidos nos espaços governamentais. Deles há também quem atue prioritariamente nos movimentos sociais, e assim por diante. De vez em quando, porém, boa parte se confronta com muitos desses e outros espaços.

Até aí, nenhuma novidade digna de registro, até porque mesmo com os que não apostam num projeto alternativo, também se passa de modo parecido. O que os distingue, na verdade, é a forma ou jeito de como participam desses mesmos espaços. Tratemos, a seguir, de exemplificar, recorrendo a dois casos, em busca de clarificação.

No âmbito da família - À semelhança de sua atitude em outros espaços, também o da família vai se lhes tornando um ambiente de incessante aprendizado, a ativar-lhes continuamente olhos, ouvidos, olfato, tato, afetos, etc., de modo que o cotidiano na família vai suscitar neles perguntas mil, do tipo:

- “Quem é família para mim? Só os do mesmo sangue? E os outros?”
- “Que condições devem ser asseguradas para uma vida digna em família? Todo o mundo tem asseguradas tais condições?”
- “Que tarefas são avaliadas como essenciais para o bom andamento de uma vida em família?”
- “A quem devem caber tais tarefas?” “Por quê?” “Essa repartição é justa, conforme a avaliação dos distintos membros?”
- “Por que a carga de trabalhos costuma recair em cima de uma pessoa?” “Se as tarefas caseiras são por todos reconhecidas como relevantes, por que não se tenta o rodízio, de modo a assegurar que todos passem, alternadamente, por todas as tarefas?”

- “O fato de um(uns) ter(em) trabalho remunerado dá a alguém o direito de decidir sozinho o que é do interesse de toda a família?”

Tantas perguntas... Tantas coisas a aprender e a pôr em prática...

No ambiente da escola/universidade – O fato de predominarem largamente as incoerências e contradições no cotidiano escolar/universitário tende a agravar o desencanto e a fazer-nos esquecer cenas impregnadas de atitudes de uma densa carga utópica libertadora.

Testemunhos moleculares podemos, sim, encontrar, discretamente espalhados pelos espaços escolares/acadêmicos. Testemunhos moleculares pouco dados à visibilidade comum ou ao exercício de funções de mando. Com frequência, os temos diante dos nossos olhos, e, contudo, graças a uma espécie de miopia interior, não nos damos conta, a não ser muito raramente e a muito custo.

Sem que bem nos apercebamos, quantas vezes ouvimos pedaços de histórias tocantes de situações envolvendo colegas, alunos, alunas, pessoas do quadro técnico-administrativo, e que passam ao largo de nossas viciadas antenas auditivas, sintonizadas, quase sempre, com fatos e situações envolvendo gente “graúda”, de quem tudo fazemos para estar perto, afinal, sem precisar dizê-lo, acostumamo-nos a nos “encostar em pau que dá sombra”...

O “problema” é que, geralmente, essas pessoas pouco ou nada aparecem; costumam fugir dos sedutores e disputados holofotes. Costumam ser parcimoniosas no falar, até porque, sem renunciarem ao uso da palavra, preferem dizer seu recado por gestos, por atitudes. Não bastasse tal estilo de portar-se, também não costumam apostar muito em palavras, a menos que sejam capazes de sinalizar em direção a uma prática correspondente. As palavras valem o que valem. Razão por que relativizam as críticas mordazes e os aplausos fáceis; fazem ouvidos moucos aos auto-elogios e às palavras carregadas de duvidosa generosidade...

Pois bem, justamente aí vivem, não raro em quase anonimato, mulheres e homens que, sendo profissionais, e sem jamais abrirem mão de seus direitos, desempenham com paixão suas funções, com motivação que vai além do valor de sua remuneração. Realizam-se no e pelo trabalho, e se aplicam sinceramente na realização dos e das com quem partilham os desafios profissionais, sem abdicarem da crítica e da auto-crítica, em razão do que nunca fazem, nem esperam, a unanimidade. Preferem ir atrás do aristotélico **Amicus Plato, sed magis amica Veritas**. – “Platão é meu amigo, porém mais amiga ainda é a verdade”, a prestarem culto incondicional a quem quer que seja. Mais do que pessoas, perseguem causas, e, se seguem aquelas, o fazem enquanto revelam atitudes condizentes com as causas proclamadas.

Cada espaço desses comporta incontáveis cruzamentos e interfaces com outros espaços. Em cada um, e em todos entre si, cruzam-se os mais variados “fios” das relações do Cotidiano, portadores de horizonte utópico libertador. Um dos segredos de tal presença reside no fato de se sentirem pessoas inteiras. Se se acham em atividade em sala de aula. ali não se encontra apenas o/a aluno/a ou apenas o/a professor/a. Além de assumirem tal condição (docente/discente), mais em evidência, ao mesmo tempo, se sentem identificados, identificadas em sua condição cósmica, geracional/etária, de gênero, de classe, de etnia, de espacialidade, de ser em relação com o Sagrado, e assim por diante.

Tal esforço identitário – que é sempre um processo em meio às vicissitudes e contradições – tem implicações concretas. Uma delas é que se trata de pessoas “antenas”, que costumam sentir-se solícitas a qualquer sinal emitido pelo “outro”, não importa se desde um acampamento do MST, desde a Palestina, desde uma mobilização realizada na África ou na Oceania. Tudo tem um sentido, à medida que, sendo seres humanos, nada nos pode ser estranho, ou, na formulação do poeta Terêncio: “Homo sum et nihil humani a me alienum puto” (“Sou um ser humano, e nada do que é humano me é estranho.”)

João Pessoa, maio de 2003

Referências

- CALADO, Alder J. F. (Re)problematizando o(s) conceito(s) de Educação Popular. In: VORRABER, Mariza (Org.). **Educação Popular hoje**. São Paulo: Loyola, 1998, _____ . **Memória Histórica e Movimentos Sociais: ecos de heresias medievais na contemporaneidade**. João Pessoa: Idéia, 1999.
- COMBLIN, José. **Vocação para a Liberdade**. São Paulo: Paulus, 1999.
- COMPARATO, Fábio Konder. Uma aula de Democracia. Entrevista concedida à Revista **Caros Amigos**, nº 72, Rio de Janeiro, março de 2003, pp. 30-39.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Moraes, 1980. _____ . **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- KLAPISCH-ZUBER, Christine. Les femmes de la famille. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **L’homme médiéval**. Paris: Seuil, 1989, pp. 315-343.
- JORNAL BRASIL DE FATO**, de 22 de março de 2003
- LÉON, Vicki. **Mulheres Audaciosas da Idade Média**. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Ventos, 1998.
- REZENDE, Maria Valéria V. **A Vida rompendo muros: carisma e instituição** João Pessoa: Manufatura, 2002.
- SCALZILLI, Guilherme. Prezado Sr. Kofi Aman. **Caros Amigos**, nº 72, Rio de Janeiro, março de 2003, p. 16.
- UTZERI, Fritz. Gengis Khan Bush. Pasquim21, n. 59, Rio de Janeiro, 22/04/2003, p. 21. <http://www.mlwerke.de/default.htm>